

## Reciclando vidas ou reutilizando sua sujeição?: reflexões sobre produção do espaço, cidadania e inclusão social na ASMARE<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Este ensaio é parte de um trabalho maior, referente a uma pesquisa de Iniciação Científica junto ao CNPq/PIBIC, iniciada em agosto de 2004 e com previsão de término em agosto de 2006.

### Resumo

Partindo da constatação de que a Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Materiais Reaproveitáveis (ASMARE) tem sido considerada modelo nacional e experiência bem sucedida tanto de política social quanto daquilo que se convencionou chamar de “empreendimento sustentável”, realizamos neste ensaio uma reflexão sucinta acerca dos conteúdos teóricos e práticos que ancoram tal empreendimento. Para tanto, procuramos identificar – a partir da confrontação do discurso da “promoção social” adotado pela Prefeitura de Belo Horizonte e da percepção de como a ASMARE se mostra para a sociedade, lançando mão também das observações empíricas de uma pesquisa maior por nós realizada – que noções de cidadania, participação social e inclusão social estão contidas nas suas práticas. Articulamos então tais noções aos sentidos ocultos da produção (capitalista) do espaço, a qual se inscreve, em última instância, na produção do espaço social da ASMARE e da cotidianidade dos catadores a ela associados.

**Palavras-chave** catadores de papel; cidadania; inclusão social; produção do espaço.

### Abstract

*The Association of Collectors of Paper, Cardboard Paper and other Recyclable Materials (Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Materiais Reaproveitáveis – ASMARE) has been considered a national model and a successful experience of both social politics and what has been conventionally called “sustainable enterprise”. Based on this fact, this study attempts to promote a brief reflection about the theoretical and practical foundations of such undertaking. Confronting the discourse of “social promotion” used by Belo Horizonte jurisdiction, how ASMARE is viewed by the society, and some empirical observation withdrawn from a bigger research previously developed, this paper attempts to disclose what notions of citizenship, social participation and social inclusion lie beneath such practice. A connection between these notions and some hidden purposes in space (capitalist) production can be traced, which could also be spotted in the space production of ASMARE and in the daily routine of its members.*

**Keywords** *paper collectors; citizenship; social inclusion; space production.*

bhz149390@terra.com.br

## Introdução

Não são nada modestas as transformações e reestruturações verificadas nos últimos trinta anos nos termos mais gerais do capitalismo avançado.<sup>2</sup> Ele tende a lançar seus tentáculos a espaços-tempos da vida social ainda mais longínquos, pondo e dispondo sobre aquilo que ainda escapava a tais determinações. Trata-se de um processo ladeado de contradições, trazendo à tona novas questões e engendrando discussões de caráter tanto local como global – situando aí a problemática ambiental, o desenvolvimento sustentável e o acoplamento de suas contendas aos múltiplos cenários que se delineiam na metrópole contemporânea. Originam-se daí as preocupações acerca da produção, coleta, transporte e deposição do lixo urbano, estando estas na ordem do dia visto que são vários os seus desdobramentos.

Na onda das “visões sistêmicas” e da “interdisciplinaridade” – termos proferidos, aos quatro cantos, em universidades, ONG’s e outros centros de conhecimento no âmbito do aparelho de Estado –, tais preocupações têm sido associadas às discussões em torno da denominada *nova pobreza urbana* no Brasil. Sobressaem-se daí a questão da reciclagem e os personagens que historicamente vêm se devotando a esse “trabalho”: os catadores de materiais recicláveis.

Não tem sido pouca a visibilidade auferida por esses sujeitos e sua atividade, a qual, diga-se de passagem, atualmente também conta com as cores da cientificidade. Indagamos, pois, pelas motivações e pelo significado das várias mudanças no tratamento dado ao catador, observando o quadro belo-horizontino iniciado na década de 90, qual seja, a criação da ASMARE como primeira associação de catadores de Minas Gerais. Sua existência foi viabilizada pelo intenso trabalho dos Agentes de Pastoral, então preocupados em se ocupar com a “escuta” e o “atendimento” ao catador em Belo Horizonte.<sup>3</sup>

Hodiernamente é intensa a disseminação de empreendimentos baseados na chamada “economia solidária”, sobretudo cooperativas e associações. Essas iniciativas buscam trabalhar em parcerias (sobretudo com ONG’s e associações de classe) e “cobrir” interstícios nos quais o Estado não tem comparecido ou o faz de modo precário. Em várias cidades brasileiras, como São Paulo, Curitiba etc., elas vêm disputando lugar com os catadores e depósitos antigos.

Julgamos necessária uma primeira releitura dos eixos norteadores da consecução do projeto ASMARE que, no transcurso de seus mais de 15 anos de história, tem aparecido como apanágio de estudos em diferentes campos do saber. Embora tendo em conta que devemos transcender a análise das diversas categorias de catadores, com suas vidas e identidades historicamente ligadas à atividade da catação de materiais reaproveitáveis, que perambulam por Belo Horizonte, priorizaremos aqueles hoje vinculados a essa Associação.

Cumpramos destacar que a ASMARE vem sendo considerada “modelo nacional” e pedra de toque das políticas sociais e ambientais da Prefeitura de Belo Horizonte. As primeiras políticas vêm primando pelo Programa de Inclusão Produtiva – que será abordado mais adiante. As últimas referem-se ao programa de coleta seletiva municipal, cujas discussões acerca de sua privatização têm causado a apreensão dos catadores associados e suscitado debates entre o poder público e os agentes mediadores.

<sup>2</sup> Alguns autores – Harvey (2002), entre outros – podem ajudar na reflexão acerca desse tema.

<sup>3</sup> Para detalhes sobre o trabalho de mobilização social empreendido pelos Agentes de Pastoral, ver Oliveira (2001).

Nossa análise toma como base os termos do discurso institucional, estabelecido dos meios pelos quais vem se promovendo o “novo olhar sobre o catador”. Pretendemos esboçar um painel inquiridor das inflexões entre o conteúdo das práticas de tais agentes e o verificado a partir da observação empírica continuamente empreendida em nossa pesquisa.

Partimos da seguinte premissa: a razão de Estado, que traz tudo e todos em seu favor, trouxe os catadores para atuarem no espetáculo da catação “institucionalizada”, cujo palco é o mercado da reciclagem. Suas origens e posterior consolidação acham-se presentes nos marcos atuais do capitalismo avançado, em seu continente de transformações.

Na busca do esclarecimento dessas questões, é também propósito deste ensaio refletir acerca de algumas noções que passaram a fazer parte do discurso institucional em torno da “promoção social” em Belo Horizonte, a saber: a construção da cidadania e a inclusão social do catador de papel. Seus significados parecem ter sido vigorosamente distorcidos, acabando por ocultar as contradições e as irracionalidades presentes na lógica reprodutiva do mercado da reciclagem no Brasil. Evita-se localizar a trajetória da ASMARE no celeiro das condicionantes estruturais orientadoras dos marcos atuais da reprodução capitalista. No discurso da administração municipal, a associação aparece como: “[...] exemplo de experiência bem-sucedida na implementação da política social do município. Desde a sua fundação [...] a ASMARE cresceu significativamente com o apoio da Prefeitura de Belo Horizonte, em uma parceira de sucesso”.<sup>4</sup>

Não podemos deixar de articular tais distorções às estratégias atinentes à produção capitalista do espaço, beneficiadora de alguns segmentos e interesses nem sempre evidenciados. Numa observação mais ampla, elas se inscrevem na produção do espaço social da ASMARE, canalizando e produzindo a cotidianidade do catador de papel. São prescrições e opressões vividas de tal modo, que passam a contribuir para a fragmentação e a desagregação das relações internas à Associação e das desta com os catadores “autônomos” ligados aos depósitos particulares.

Somos levados a interrogar como se ancora a efetivação do “direito ao trabalho”<sup>5</sup> – cujo marco foi o reconhecimento dos catadores como parceiros prioritários da coleta seletiva em Belo Horizonte –, elemento caro às noções de construção da cidadania e inclusão social do catador. Para a literatura referente à temática, esse “direito” é o fulcro da sua mudança de vida. Tal entendimento abre flancos para novas reflexões sobre o mundo do trabalho, marcado na atualidade pela dramática debilitação dos seus processos norteadores, levando ao *mal-estar* da “vida danificada” (ADORNO, 1993), com seus sentidos drasticamente reduzidos.

### A produção (capitalista) do espaço e o embotamento da cidadania plena

As considerações que aqui trazemos à baila, embora colocadas de maneira um tanto expedita, vinculam-se àquilo que Henri Lefebvre (2003) assinala como premissa fundamental para entender a(s) lógica(s) que preside(m) a produção do espaço e sua umbilical relação com o processo geral de (re)produção do capitalismo avançado: as “relações sociais de produção”. A nosso ver, esse fio condutor criaria as condições não

<sup>4</sup> Trecho transcrito do folder intitulado *Pre-feitura de Belo Horizonte e ASMARE: modelo de programa social*.

<sup>5</sup> É preciso acatar com sérias reservas a “conquista” do direito ao trabalho pelo catador. Em que medida esse “direito” pode ser visto como conquista, uma vez que a inserção (pseudo)formalizada dessa categoria no mundo do trabalho apenas “resignifica” os termos da sua exploração social, política e econômica?

de negação, mas de superação das abordagens que ainda tomam o espaço tão-somente como “campo” funcional e instrumental da *produção* em sentido restrito (e restritivo). Ou seja, a modalidade de “[...] produção de coisas e seu consumo” (LEFEBVRE, 2003, p. 21) não pode se conformar como sendo uma *forma* pura, cujos *conteúdos* se põem como definitivos e unidimensionais: deve incorporar a (re)produção do próprio homem na sua totalidade e das relações sociais nas quais ele se insere e delas toma partido. Nesse sentido, o autor dá relevo à necessidade desse salto qualitativo na reflexão crítica acerca do espaço: “Não se pode dizer que o espaço seja um produto como um outro, objeto ou soma de objetos, coisa ou coleção de coisas, mercadoria ou conjunto de mercadorias” (LEFEBVRE, 2003, p. 21).

Não podemos deixar de chamar a atenção para as análises promotoras de uma leitura fragmentadora e parcial do espaço e que, por isso, dão a ele apenas a “qualidade” de produto, sem pensá-lo também como produtor de práticas, de vivências e (também) de constrangimentos. Enfim, são construções que definem e são definidas no seio da reprodução das relações sociais de produção.

Justifica-se então tomarmos emprestada essa noção mais alargada de produção para entendermos os sentidos e a finalidade daquilo que Lefebvre (2003, p. 22) assinala no que tange à reprodução das relações sociais de produção: “[...] o espaço inteiro torna-se o lugar dessa reprodução, aí incluídos o espaço urbano, os espaços de lazeres, os espaços ditos educativos, os da cotidianidade etc.”. Sendo ele (o espaço) mobilizado numa escala sem precedentes, abarcado por mediações que o tornam homogêneo e ao mesmo tempo fragmentado para dar continuidade ao processo de acumulação do capital, é mister clarificar o modo pelo qual as diferentes instâncias da vida social passam a compor o cenário de suas estratégias: entre outras, visar à emergência de novos circuitos econômicos, de novos espaços e tempos do consumo.

Assim sendo, nunca é demasiado dizer que o capital tem, como condição *sine qua non* do seu processo reprodutivo, a necessidade de garantir as bases para o impulso contínuo de sua valorização. Fazendo-se correlatas à produção do espaço levado à qualidade de força produtiva no jogo da acumulação própria à formação econômico-social capitalista, tais características nos permitem pensar o espaço desfigurado e aniquilado para o *pleno uso* e ao mesmo tempo intensivamente formalizado e mobilizado para a *troca*, como “mercadoria” (DAMIANI, 2001a, p. 50).

Correspondente a esse fenômeno é a existência imediata sendo tomada de assalto por uma instrumentalização que a torna estéril, carente de fulgor. Paira sobre ela uma luz já desfocada, implacável, porém disposta a abarcar suas dimensões mais distantes. É o torniquete da valorização capitalista, razão de ser da economia de mercado tornada *razão pura* de ser da vida, colonizando o desejo. Seu *vir-a-ser* transmuta-se em *em si*, descharacterizando-se e, por sua vez, caracterizando via simulacro seus variados cenários, numa engenharia que a faz mera “dinâmica” posta pelos agentes sociais dirigentes e inelutavelmente canalizada e subsumida ao jogo do poder.

As prescrições contidas na racionalidade global aplicadas à produção do espaço, convertidas em abstração concreta sob a sua batuta na medida em que o capitalismo efetiva-

mente se põs de pé na história, alteraram visceralmente as formas e os conteúdos da cidade. Nesse transcurso ergueu-se a metrópole, objeto “coisal” dos reaparelhamentos materiais e simbólicos produtores da *caricatura real* onde as normas reinam. Acham-se nos seus marcos as representações espaciais dominantes, reivindicadoras, numa ação concomitante de dissimulação e truculência, do estatuto do real *em si mesmo*, fidedigno. A (re)produção de hierarquias de toda ordem no capitalismo global justifica a apregoada intervenção cirúrgica nesse espaço, o qual, nas palavras de Lefebvre (2003, p. 26), sendo “[...] comum às atividades diversas e parcelares, no quadro imposto da sociedade burguesa, é um esquema do qual essa sociedade se serve para tentar constituir-se em sistema, para atingir a coerência”.

Aprisionados aos desígnios hegemônicos, espaço e vida social, conjuntamente e sem precedente similar, tornam-se alvo de uma *vontade obsessiva de controle*. Seus ritmos e ciclos sofrem intensas pressões e opressões dessas forças sociais que simultaneamente trazem consigo o instituinte e dissimulam suas estratégias. Elas se apresentam em diversos níveis e em dimensões “indiferentemente” imersas no movimento implacável e inexorável do “real”. É na formalização do espaço, tido como “neutro”, que se negam as qualidades sensíveis das práticas espaciais precedentes, forçando sua diluição ao torná-las, na “melhor” das hipóteses, signos para o consumo. Desqualificam-se o *ser* e o *viver* nas representações operantes nesse espaço, idealizado como fútil instância da valorização do capital. Essa lógica acredita poder produzi-los e ordená-los, encarcerá-los na determinação insana da autoridade, do cálculo e das sistematizações da tecnoburocracia de Estado. Ora, o humano do homem não é *algo* que possa ser relegado aos confins do ilusionismo demográfico-estatístico!

Por isso, tal dinâmica não se faz presente sem uma densa e intrincada trama de tensões, de conflitos, de lutas, de (des)encontros e de imbricações de toda ordem nas relações sociais. Daí a necessidade de compreender esses elementos como resultado e condição das contradições do espaço. A esse respeito, os dizeres de Amélia Damiani (2001a, p. 50) nos dão uma importante pista:

Se não examinássemos a produção do espaço sob o enfoque de suas contradições, não recuperaríamos o sentido deste momento na história humana e, por outro lado, sua singularidade. Do ponto de vista das contradições, a crise e o movimento ganham existência, sob a aparência da consolidação de um determinado modo de interferência humano, poderoso e inconteste.

Nesse sentido compreendemos a construção da cidadania, emergindo da inconstância e do movimento que povoam a vida social, do sentimento coletivo estimulado em face do questionamento das representações hegemônicas presentes na produção do espaço. Seus possíveis vêm à tona quando se reivindicam outros rumos ou, antes, as contrapartidas ao solapamento avassalador imposto às práticas espaciais inadequadas e/ou ameaçadoras ao ritmo cego do desenvolvimentismo; em outras palavras, quando se entra em rota de colisão contra aquilo que é tido como posto e sacramentado, colocado como unicidade despolitizante ratificada pela dita (e pretensa) racionalidade abstrata e ordenadora do *poder*.

Por isso, localizamos nas tensões e conflitos que marcam o movimento da realidade social as possibilidades de soerguimento no interior desse turbilhão de outras práticas espaciais, consciente ou inconscientemente colocando em questão a redução do vivido ao concebido definidor da vida. Seguindo essas pistas, talvez possamos nos deparar com uma noção ampliada de cidadania, a qual “envolve o sentido que se tem do lugar e do espaço, já que se trata da materialização das relações de todas as ordens, próximas ou distantes” (DAMIANI, 2001b, p. 50). Tal concepção esbarra (e, por isso, incomoda) nas determinações moventes das relações sociais de produção capitalistas.

Outrossim, a todo momento reduzida por um estereótipo que paradoxalmente apregoa sua ampliação, a concretização da idéia abstrata de uma noção de cidadania não mais inscrita na contestação abrangente do posto e do instituído, promovendo a redução da possibilidade de exigir a manutenção e a construção de novos direitos – e não de meras concessões –, concorre para o embotamento da emergência de uma *cidadania plena* entre nós. No nosso entender, esse esgarçamento de possibilidades vem se adjetivando nos processos mais amplos nos quais se inscreve o redimensionamento dado à questão da catação e do catador.

Ora, não há construção de práticas cidadãs sem apropriação<sup>6</sup> ou resgate das possibilidades do seu exercício, pois “um espaço realiza-se como social quando é, de fato, apropriado” (DAMIANI, 2001a, p. 51), quando o bem-viver se realiza na concretude do desejo espontâneo, sem mediações redutoras – ao contrário do espaço do poder, reduzido à miséria espetacular da vida social diagramada pela lógica (formal), associado à menção alienante de uma suposta autonomia individual e coletiva, mas que carrega sua face brutalmente coercitiva. Contudo, vale dizer que, embora esse contraditório movimento seja expressão da produção do espaço na sua totalidade e ao mesmo tempo esteja cada vez mais a ela articulado, “a vida contraditória invade e perturba a racionalidade redutora imposta. Nesse momento, mesmo que residualmente existe apropriação” (DAMIANI, 2001a, p. 54).

Não queremos a ratificação de tais mediações: o relacionar-se com o mundo, criar, mas recriar-se nele e com ele, rebaixado de vez às convenções e aos critérios do instituído e do instituinte postos pelo *pensamento único*. Não nos contentamos com as conquistas do gênero humano, distorcidas e reprimidas pelas relações fundamentais de produção de mercadorias, nos sendo vendidas no belo frasco da liberdade encarceradora e produtora de uma vil passividade. O antigo discurso acerca das chamadas “desigualdades sociais” sendo mitigadas e/ou eliminadas pelo movimento de “inclusão” na sociedade na qual o consumo conspícuo é regra dá mostras de que já não surte mais efeito: “A nova desigualdade resulta do encerramento de uma longa era de possibilidades de ascensão social [...]. Apesar disso, o imaginário que cimenta essa ruptura é um imaginário único, mercantilizado, enganador e manipulável” (MARTINS, 1998, p. 22).

Muito do recorrente no trato com a noção de cidadania – estendido à noção de participação social, entendida como revigoradora, dando pujança às lutas pela construção daquela – sedimenta-se na forma de um preocupante “deslocamento de significado” (DAGNINO, 2004, p. 98). Esse processo concorre para o embotamento dos sentidos de

<sup>6</sup> De acordo com Lefebvre (1991, p. 30), a apropriação é o “[...] traço característico da atividade criadora, pela qual o que vem da natureza e da necessidade se transforma em obra [...]”.

uma concepção robusta de bem público, fundada no alicerce das emancipações política e social da sociedade.

Sustentamos a idéia de que os efeitos daí sobrevivendo incidem diretamente sobre as concepções que vêm norteando o projeto ASMARE, desde a sua gênese apoiado na propalada *visão inovadora* das políticas de inclusão produtiva e reintegração social adotadas pela Prefeitura de Belo Horizonte. A matriz discursiva de tais políticas aparece como alvo de nossa crítica: as noções de cidadania, participação e inclusão social da população *de* ou *em* situação de rua – verticalizando nossa análise sobre o catador associado à ASMARE. Por isso, o entendido aqui como ampla e radical democratização dos processos participativos com vistas ao engajamento de sujeitos sociais num campo de reconhecimento e ampliação de direitos parece perder terreno vertiginosamente no espaço-tempo daquela Associação. É nesse flanco que ela penetra desmedidamente nas cercanias de uma voraz lógica mercantil – impelida a se pintar com as tintas das organizações empresariais capitalistas –, tendendo a desviar-se das supracitadas noções orientadoras de suas premissas iniciais. Desenvolveremos melhor esses argumentos mais adiante.

### Gênese e consolidação da ASMARE: (des)caminhos da cidadania e da política?

Tem-se a década de 90 como o *locus* do desenlace concomitante entre a emergência de uma cultura política associada aos movimentos sociais e a chegada ao poder de gestões – sobretudo municipais – pautando em suas agendas de governo relações mais próximas com esses movimentos. Tal contexto viabilizou-se em Belo Horizonte a partir de 1993, quando o Partido dos Trabalhadores, na figura de Patrus Ananias, assumiu a Prefeitura, trazendo na sua pauta de gestão um processo de *recondução dialógica* através do incentivo à criação de espaços públicos descentralizados de participação popular. Em tese, isso significava uma reconfiguração nos arranjos que compunham as relações entre o poder público e a sociedade civil, caracterizando a ampliação de seu terreno com uma nova governança sob a égide do que Sônia Maria Dias (2002, p. 62) chama de “gestões democráticas inovadoras”.

Nesse quadro, a literatura disponível estabelece uma espécie de divisor de águas no qual as relações entre poder público e entidades ligadas à busca do *alívio do sofrimento daqueles que vivem da rua* passam a ser traçadas sob um novo prisma. Surgem vozes alardeadoras e propagadoras de um contexto sociopolítico propício, no qual se lança um “novo” olhar sobre a questão do catador. Tais gestões valer-se-iam do modelo de “junção entre eficiência governamental, equidade e governança”, constituindo-se em um amplo passo para “garantir o exercício da **cidadania** dos grupos tradicionalmente marginalizados” (DIAS, 2002, p. 62, grifo nosso).

Há de se atentar para a estratégia pendular de captura/distensão, quando conveniente, de movimentos sociais ou reivindicativos pelo poder público. Essas estratégias transferem para a ação de Estado o caráter demiúrgico da geração e manutenção dos programas a eles destinados – os quais ganhariam legitimidade como interlocutores junto às

esferas de poder e à sociedade, demonstrando sua “eficiência e habilidade” no trato com “grupos marginalizados”.

Os momentos subseqüentes são marcados pela “ampliação” das relações entre a ASMARE e o poder público municipal. A nosso ver, sobressaem-se cinco pilares nos quais se fundaria a construção da cidadania/inclusão social entre os catadores de papel na ASMARE: a) conquista do “direito ao trabalho” pelo catador de papel e “efetivação” de sua identidade de “trabalhador”; b) poder público e suas instituições correlatas buscando abrir, aos agentes que têm se ocupado do trabalho com a população de rua e/ou catadores de papel – e mesmo para esses últimos –, canais nos quais estes pudessem ouvir e se fazer ouvidos; c) criação de possibilidades para um amplo e incentivador trabalho visando ao processo organizativo dos catadores; d) criação de condições objetivas (através de diversos convênios envolvendo o poder público e entidades parceiras) para a capacitação profissional desses indivíduos, visando à formação e ao fortalecimento do capital social;<sup>7</sup> e) afirmação, por parte dos agentes de mediação envolvidos com a “causa do catador” (poder público e entidades diversas), de que todo o trabalho tem primado pela efetivação da melhoria das “condições de vida” e do “reconhecimento social” do catador. Sônia Maria Dias (2002, p. 69), em seu trabalho sobre o que ela considera a “construção da cidadania” na Associação, corrobora tais pilares:

Já vimos [...] as dificuldades dos associados em relação à adoção do universo de regras e deveres da ASMARE e dos seus espaços de trabalho, mas vimos também como a linguagem e a prática da participação, do compartilhamento, da resolução de conflitos através da troca de idéias vêm paulatinamente criando novas sociabilidades entre os catadores, possibilitando o exercício de uma prática cidadã, compreendida aqui no âmbito do estabelecimento de relações de co-responsabilidade que a gestão do projeto de coleta seletiva em parceria supõe.

Em contrapartida, Jacques Rancière (1996, p. 368), em seu seminal ensaio acerca das formas entoadoras dos termos que perfazem a relação entre Estado e sociedade civil, chegando aos redutos mais triviais da vida social, faz a “crítica do discurso atualmente dominante que identifica a racionalidade política ao consenso e o consenso ao princípio mesmo da democracia”. Segundo o autor, o discurso entremeador da racionalidade política assinalada institui formas consensuais como sendo, por excelência, as condições celebradoras da razão, em oposição aos modelos instaurados sob o “arcaísmo” e a “irracionalidade” no embate político. O dissenso como base discursiva e ebulidora dos imobilismos passa a ser entendido como desavença e, por isso, pernicioso à política, mas passível de ser superado por outro modelo de racionalidade. Nesse caso, a política seria uma prática descolada do campo das relações sociais – movidas, entre outros aspectos, pelo desejo e pelo conflito –, devendo situar-se numa plataforma objetiva e sem paixões desestruturadoras do seu curso “normal”. Rancière (1996, p. 368) alerta: “o que chamam de consenso é na verdade o esquecimento do modo de racionalidade próprio à política”, significando, ao contrário do que se pretende, “um certo retorno do irracional”.

A teoria política democrática que dá o tom da prática política assinalada assenta-se, assim, no seu contrário: a participação e sua aplicação propostas escamoteiam o seu

<sup>7</sup> O capital social, segundo Higgins (2005, p. 3), são “todos os elementos de uma estrutura social que cumpram a função de recurso para que os indivíduos atinjam a satisfação de seus interesses [...]”.

fundamento truculento. Ela traz também o *aqui e agora* do cenário sociopolítico brasileiro como o ápice da construção e da manifestação da cultura política. É possível então não reconhecer a *participação social* e a *construção da cidadania* mostrando-se como horrendas caricaturas das formas, as quais, pode-se dizer, já soam como *anteriores*? Eis aí a chave para decifrar os desvios contidos na cantilena enfadonha representada pelo catador que passa a perseguir a condição de “cidadão”.

No interior da ASMARE, os catadores reagem de forma ambivalente à realidade ali presente, traduzida numa incipiente trajetória de mobilização esfumando-se em meio às exigências disciplinares interiorizadas no processo de trabalho. Situa-se aí o imobilismo que passa a frequentar a vida cotidiana de grande parte deles. São homens e mulheres revelando por meio de gestos e palavras ambíguas sua própria incerteza. Isso torna-se patente diante do misto de revolta contida e aceitação tácita dos atrasos nas gratificações ou em face da dramática intensificação da precariedade das condições de seu trabalho – como o aumento dos casos de atropelamentos e a inexistência de condições mínimas de salubridade nos galpões. Questionado no tocante à falta de uma organização interna que leve suas diversas inquietudes para o conhecimento da administração, um catador assim nos respondeu: “*é difícil ‘ajuntar’ todo mundo; não há união, o pessoal só quer sair para a ‘panha’ e ganhar dinheiro*”.

Deveríamos então deixar de encarar com ceticismo os sentimentos aflorados entre os catadores como sendo decorrentes da constatação das contradições do espaço cada vez mais avolumadas naquela Associação? Mais ainda: a iminência de emergir em meio aos associados uma consciência crítica capaz de desencadear uma mobilização interna em prol, se não da superação, da discussão séria acerca dos processos de trabalho lá presentes é possível? Todavia, o discurso fundamentador do trabalho desenvolvido na ASMARE articula-se em torno de “uma resposta que vem das ruas”,<sup>8</sup> de um processo de inserção iniciado na década de 90 e que veio a se efetivar enquanto “novo modelo de política pública”,<sup>9</sup> e apresenta para a sociedade um catador comprometido com a transformação de si mesmo e também de sua categoria através das lutas sociais. O Movimento Nacional dos Catadores de Recicláveis (MNCR) seria o movimento social a encarnar tais lutas.

Quanto ao “novo modelo de política pública”, situemos, de modo diferente das interpretações anteriormente assinaladas, os catadores em duas dimensões paradoxais, mas concomitantes e imbricadas. A primeira é o longo processo, mediado inicialmente pela Pastoral de Rua, de aproximação e mobilização social junto aos catadores, criando-se então a ASMARE. Posteriormente, tem-se a parceria com o poder público municipal que culminaria com a política pública que dá corpo ao seu projeto. A segunda é toda essa lógica imersa nos termos do implacável ajuste estrutural aplicado ao Brasil dos tempos neoliberais – impondo novos ordenamentos para as funções e desígnios do Estado, incidindo, mormente, sobre as noções de público e privado. Tais dimensões ajudam-nos a pensar, decerto sem riqueza de detalhes, sobre os (des)encontros das noções de cidadania na formação social brasileira e as práticas daí derivadas.

<sup>8</sup> ASMARE – Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Materiais Reaproveitáveis. ASMARE: há dez anos reciclando vidas. Belo Horizonte, [2000?]. Edição especial comemorativa, n.p.

<sup>9</sup> GONÇALVES, José Aparecido. Editorial. ASMARE: há dez anos reciclando vidas, Belo Horizonte, [2000?]. Edição especial comemorativa, n.p.  
José Aparecido Gonçalves foi, à época, administrador geral da ASMARE.

Não nos esqueçamos das bandeiras de lutas trazidas pelos diversos movimentos sociais em fins da década de 70. Sua cena, sobressaída das periferias das grandes cidades, vem carregada de uma promissora consciência, fadigada de carregar o pesado fardo das diferentes qualidades de privação de direitos, presentes, não raro, apenas na letra da lei. Sumamente atrelada à dinâmica que bafejou tais lutas está a noção de *participação social*, a qual ganha terreno junto aos ditos movimentos sociais que puseram acento nas relações Estado/sociedade civil então vigentes. A participação social ativa desses setores constituiu-se na espinha dorsal do novo “projeto participativo e democratizante” (DAGNINO, 2004, p. 102) brasileiro. Infelizmente, é sob a égide do projeto político neoliberal pousado por aqui no início da década de 90 que as noções tanto de cidadania quanto de participação experimentam novamente uma imensa redução de seus sentidos. Coincidentemente ou não, esse é o momento tratado como sendo de articulação e fortalecimento dos catadores de papel em Belo Horizonte, denunciando sua histórica condição ao poder público e requerendo sua inserção enquanto trabalhadores legítimos da catção de materiais recicláveis.

O caminho que veio se abrindo trouxe o esboroamento da potência transformadora dos movimentos sociais e demais setores da sociedade civil, bem como de sua atuação em nome do reconhecimento e da construção de novos direitos. Seu poder destrutivo opera através de uma feroz (mas também sutil) campanha de mascaramento dos significados vastos agregados à noção de cidadania, recaindo também nas noções de *participação social* e *sociedade civil*, o que gera conseqüências para o entendimento mais geral acerca do trabalho desenvolvido na ASMARE.

Nesse esteio, o projeto neoliberal e o projeto participativo brasileiros estão imersos numa “confluência perversa” (DAGNINO, 2004, p. 97). Não obstante a essência daquele se apresentar antagonica em relação a este, verifica-se um acoplamento instrumental entre ambos. Destarte, o mais assustador seria que tais projetos “requerem uma sociedade civil ativa e propositiva” (*Ibidem*, p. 97) cuja “cultura política” caminharia por formas de sociabilidade nas quais a construção das noções de cidadania no imaginário social estaria tomada por um processo sutil, intransparente e altamente nocivo à instauração da democracia radical como práxis cotidiana.

Assim, a noção de cidadania então disseminada no imaginário social mostra-se por dois ângulos. De um lado, ela recobra os traços típicos da sua concepção liberal clássica, calcados numa versão que coloca os interesses individuais como sobrepostos aos demais. Ela se vale de uma visão utilitarista e apregoa a redenção individual a partir de uma inserção competitiva na lógica de mercado. Por outro lado, ela se mostra inovadora, trazendo “elementos novos das configurações sociais e políticas da contemporaneidade” (CARVALHO, 2002, p. 117).

Nessa noção de cidadania mostra-se estarecedora a ausência de conteúdos de politização no seio das discussões e do caráter de construção coletiva outrora vindos à tona. As energias utópicas vão sendo substituídas pelo *utopismo* da conquista individual, no *salve-se quem puder* do mercado. O *outro*, anteriormente visto sob a intersubjetividade construída nas árduas lutas coletivas, torna-se “parceiro” no jogo de soma zero da agressivi-

dade utilitarista do *vale tudo*, buscando a todo custo sua entrada no mercado – e reduzido à condição coisificante de mero produtor e consumidor.

A ASMARE, conforme temos notado, não está a salvo desse círculo vicioso. Ao contrário, a instauração em altas doses das práticas competitivas, calcadas numa matriz discursiva exortadora do aumento da produtividade, leva à dissipação das solidariedades orgânicas e do possível soerguimento das coesões políticas. Afinal, como pensar em articulação política e estratégias de luta após 12 horas de trabalho por dia?<sup>10</sup> Tal sujeição contribui para o obscurecimento da percepção, pelo catador, dos sentidos socialmente construídos das desigualdades diversas, que acabam sendo interpretadas como fruto da diferenciação de desempenhos e competências individuais.

Outra dimensão da noção de cidadania disseminada é a da sociedade sendo exortada à benemerência instituída e estreita de cunho assistencialista e pela “responsabilidade moral” (DAGNINO, 2004, p. 106). Tal dimensão configura-se no caminho da “sustentabilidade”, cujo calçamento se deve construir, entre outras formas, pela *revisão de seus hábitos de consumo*, com sua solução passando pelos produtos “ecoefficientes”. Há também a pirotecnia em torno da “benfezaja” responsabilidade social empresarial – que aparece sendo muito bem executada pela rede de parceiros da ASMARE.

Na esfera do poder de Estado, entende-se (e resume-se) como cidadania jogar o fardo da dívida social para a sociedade. Veja-se a implementação de diversos e mirabolantes programas governamentais de “geração de emprego e renda” e de incentivo ao empreendedorismo e à qualificação profissional. Eles nos aproximam do que vem sendo entendido como inclusão social.

Pode-se dizer rapidamente que o arcabouço teórico e conceitual orientador das intervenções do poder público parte de uma constatação puramente objetiva, tanto em relação ao que seria a chamada exclusão quanto a seu suposto movimento de inclusão de grupos sociais. Sem tocar nos mecanismos e processos geradores até mesmo do porquê de se falar em exclusão em nossa sociedade, *incluir*, então, seria oferecer aos indivíduos receptores dos “programas includentes” um maior alcance, ainda que precário, no âmbito do existente, proporcionando-lhes novas expectativas por dentro da “sociedade que os exclui” (MARTINS, 2002, p. 38), realidade a qual eles não raro vêm enxergando como representação máxima do bem-estar. Tudo isso, vale lembrar, numa forma econômico-social na qual as oportunidades, ao contrário de outrora, dispõem-se a um número cada vez mais reduzido de “privilegiados”. O excluído, o privado de si mesmo e das possibilidades de traçar seus próprios caminhos, dificilmente encontra brechas para se “incluir” naquilo que, paradoxalmente, se impõe deterministicamente diante dele.<sup>11</sup>

Efetiva-se a cegueira: o trabalho (abstrato) como direito civil básico transfigura-se em *dever* de cada um, se é que não se quer incorrer no risco de atolar-se no “fracasso” individual. Ou, ainda, os direitos sociais, “[...] considerado[s] no passado recente como indicador[es] de modernidade, torna[m]-se símbolo[s] de ‘atraso’, um ‘anacronismo’ que bloqueia o potencial modernizante do mercado” (DAGNINO, 2004, p. 106).

<sup>10</sup> A degenerescência do *tempo livre* entre os catadores da ASMARE – onde a construção de si mesmos como agentes políticos de transformação social poderia se dar – remete à alusão feita por Marx em “Salário, preço e lucro” (1998, p. 121), na qual “o tempo é o campo do desenvolvimento humano. O homem que não dispõe de nenhum tempo livre, cuja vida [...] está toda ela absorvida pelo seu trabalho para o capitalista [...], é uma simples máquina, fisicamente destrocada e espiritualmente animalizada, para produzir riqueza alheia”.

<sup>11</sup> “O novo perfil da classe trabalhadora é o de exclusões cíclicas cada vez mais demoradas, mais espaçadas, do mercado de trabalho” (MARTINS, 2002, p. 29).

Percebemos um direcionamento semelhante nos programas sociais implementados pela Prefeitura de Belo Horizonte, através da Secretaria de Assistência Social, do qual o Programa de Inclusão Produtiva surge como exemplo bastante límpido. Nascido na primeira administração de Fernando Pimentel (2001-2004), ele é tido como um projeto inovador na construção da cidadania e na promoção social por meio do acesso ao mundo do trabalho. Ele parte da premissa de que a assistência social na cidade está fortemente ancorada na inclusão social e econômica, mediante a geração de trabalho e renda para os jovens e os adultos nela inseridos. Seu propósito seria:

viabilizar a equiparação de oportunidades de acesso ao **mundo do trabalho** e ensejar formas de os usuários desenvolverem sua **capacidade produtiva**, tornando-se sujeitos econômicos capazes de garantir sua sobrevivência, transitando da situação de beneficiário para a de trabalhador [...].<sup>12</sup>

No caso da ASMARE, podemos resumir essas “políticas públicas” ao trabalho com uma noção de cidadania que traz para a cena um catador de papel em vias de se tornar “sujeito social”. Seria sob o jugo de tais políticas que se poderia construir no catador uma personalidade reivindicativa? Haveria nele a semente fertilizada da percepção das contradições do modo de produção incidindo na sua condição social, gerando então a conscientização crescente de seus direitos, numa luta pela abertura de canais de diálogo e participação outrora débeis ou mesmo inexistentes com o poder público? Ratifica-se uma espécie de “transcendência” quando se legitima o trabalho da ASMARE: esta parece habitar um vazio histórico e ideológico. Esquece-se que ela tem sido, em si e para si, forma e conteúdo das próprias relações sociais que se expressam no interior da sociedade. Em suma, a cidadania converte-se no *enclausuramento da política*, visto que a linha que se localiza entre o seu crescente fértil e a truculência da racionalidade política fabricada pelo consenso redutor é extremamente tênue. Jacques Rancière (1996, p. 367, grifo nosso) chama isso um dos paradoxos dos debates políticos e teóricos na contemporaneidade:

[...] no momento mesmo em que essa filosofia da necessidade se impõe quase que por toda parte como a última palavra em sabedoria política, vemos por outro lado triunfar na filosofia política e nas ciências sociais um **discurso que glorifica o retorno do ator, do indivíduo que discute, que contrata, que age**. No momento em que nos dizem que os dados são inequívocos e que as escolhas se impõem por si mesmas, celebra-se ruidosamente o retorno do ator racional à cena social.

O que se configura então como participação social revela, por sua vez, a estranha dissonância contida na lógica do “quanto menos coisas há para discutir, mais se celebra a ética da discussão, da razão comunicativa, como fundamento da política” (RANCIÈRE, 1996, p. 367). Compõem tal fenômeno boas doses de sectarismo. Uma prática política ocultada sob o manto de dialogicidade impõe-se cabalmente e determina as prerrogativas últimas do que é bom e mau para a sociedade, infligindo-as às possibilidades do dissenso criativo.

Esse retrato desbotado insiste em não se dissolver; ao contrário, ganha força e forma pela ausência da separação entre aquilo que é público e o que é privado no Brasil (OLIVEIRA,

<sup>12</sup> INCLUSÃO PRODUTIVA. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Assistência Social, jun. 2003, n.p., grifos nossos.

1994, p. 44). A privatização das relações sociais outorga-se como prática cotidiana deixada de fora da rede de questionamentos pela sociedade, ocultando assim as raízes condutoras das diferentes dimensões das desigualdades sociais. A indiferença entre público e privado contribui, entre outras coisas, para a legitimação do discurso da cidadania e da democracia nas organizações – discurso que se desdobra e passa a prescrever as práticas e relações de trabalho no interior da ASMARE.

Com o eixo das relações sociais desviado da mobilização e da construção coletivas através dos diversos mecanismos de coerção e de imposição de condutas, perde-se o espaço público enquanto campo de possíveis. Isso significa a sacramentação da *anulação do outro* como interlocutor ativo e de sua palavra enquanto ingrediente essencial à política. A privatização das relações sociais institui o consenso redutor pela “projeção de critérios de validade que não fazem referência a uma esfera compartilhada de valores e significações [...]”, onde “[...] os homens [do poder] tenderão, para impô-los no mundo, a fazer uso da violência” (TELLES, 1990, p. 33).

Os catadores vão então (sobre)vivendo e ajudando a reiterar as contradições e o discurso apregoador do seu “reconhecimento” enquanto trabalhadores dignos. A perspicácia para “produzir” o material reciclável imprescindível aos ditames da proliferação dos capitais do mercado da reciclagem dissimula o conflito por eles vivido no cerne de sua atividade – conflito dividido entre a euforia da relativa tranquilidade para o exercício da catação, sem a presença das “operações limpeza” da polícia militar e contando com a permissividade da sociedade, e a hercúlea dureza, a insalubridade, a cobrança e a incerteza proporcionadas por seu trabalho.

A *impetuosidade anestesiada* vivida por esses indivíduos leva-os a perder de vista os fundamentos de sua própria condição. Com sua vida entregue nas “mãos de Deus” e nas garras diabólicas do mercado, parece restar ao catador seguir em frente numa realidade *desde sempre e para sempre assim*, contendo a torpeza do cotidiano da catação, mas podendo lhe oferecer algum tipo de saída – tanto maior quanto também seja grande o seu mérito pessoal. Embora existam reações contra o “inevitável”, deve-se trabalhar – e duro! –, não havendo a percepção de que as “ordenações práticas da vida, que se apresentam como se favorecessem ao homem, concorrem, na economia do lucro, para atrofiar o que é humano” (ADORNO, 1993, p. 34).

São reações percebidas através da saída de catadores que não concordaram com as normatizações (entre outras, as exigências veladas de produtividade) presentes durante toda a existência da ASMARE. Internamente, percebemos as diferenças individuais de produtividade semanal ou mensal ligadas não somente à debilidade física, ao uso de drogas e/ou bebidas alcoólicas, mas também às manifestações de discordância (via de regra individuais) com o ritmo de trabalho exigido – por um capitalista típico e seus “capitães do mato”, ela seria chamada de “corpo mole”, “vagabundagem” etc. O *mal-estar* do catador da ASMARE sai de sua latência e manifesta-se nos furtos de material e na desilusão com a sua própria capacidade organizativa.

## Considerações finais

Conforme se percebe, a lógica que preside a produção do espaço num âmbito mais geral passa a circunscrever e, portanto, subsumir o espaço social da ASMARE. Os interesses mercantis batem à porta e trazem consigo suas contradições e irracionalidades. Seus efeitos chegam, assim, ao conjunto das relações existentes na Associação, ferindo de morte seu projeto inicial.

Eis que as possibilidades para a construção das alteridades, do conflito na prática política e da reciprocidade libertadora, elementos basilares da democracia radical e de consolidação do exercício da cidadania ativa, vêm sendo, ao que parece, destituídas de interesse. Já para o grande público são apresentadas, de forma efusiva e *estetizada*, “a cidadania que vem das ruas” e “uma vitoriosa experiência de solidariedade”. Esse cenário, quando transposto ao rés do chão da ASMARE, apresenta, ao contrário, a desqualificação do outro – capitaneada por relações crescentemente dicotômicas entre a administração e os demais catadores – e uma espécie de “política do medo” cultivada pela necessária aceitação de “premissas invioláveis” – ou o caminho em direção à porta da rua! – passando a vigorar como instrumentos de controle social recorrentes nas relações internas à Associação. A construção coletiva cede lugar à reificação de tais relações, à despolitização, ao estranhamento e à conseqüente busca pelas saídas individuais. Estas se constituiriam enquanto “estratégias de sobrevivência” num ambiente onde, “contrariamente”, optou-se pela premência cega e surda de índices de produtividade.

Começam então a se verificar os “deslizes” de alguns catadores. A título de exemplo, foi por nós presenciado o desvio de uma doação que chegou à ASMARE e que seria (pelo menos em tese) contabilizada como soma coletiva na Associação. A catadora que se incumbiu de recebê-la, ao invés de repassá-la para o box coletivo, desviou o material para o seu box individual. Tal atitude não visaria a garantir sua produtividade semanal?

Dessa forma, a anterior orientação da ASMARE como espaço público onde a politização e o estatuto reivindicativo vigorassem como linhas de força no seu interior reduz-se a práticas sociais semelhantes àquelas das organizações privadas – fazendo dela mera reprodutora e catalisadora da sanha mercadológica vigente. A privatização das relações sociais internas à Associação gera ali verdadeiras cadeias de contradições: saem a publicização, a horizontalidade e a crescente eliminação das relações de poder, experimentando-se o retorno do discurso competente (CHAUÍ, 1981), que olha o *outro* de cima e por ele decide. O estrago completa-se com a construção de estratégias anti-hegemônicas via articulação coletiva cedendo lugar às meras *complementaridades instrumentais*, alimentadoras do mercado da reciclagem, e ajudando a acirrar, ao invés de extirpá-lo, o conflito entre capital e trabalho na ASMARE.

artigo recebido **abril/2006**  
artigo aprovado **julho/2006**

## Referências

- ADORNO, Theodor W. *Minima moralia: reflexões a partir da vida danificada*. São Paulo: Ática, 1993.
- CARVALHO, José Murilo de. A cidadania na encruzilhada. In: BIGNOTTO, Newton (Org.). *Pensar a república*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002. p. 109-128.
- CHAUÍ, Marilena de Souza. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Moderna, 1981. 220 p.
- DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, Daniel (Coord.). *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*. Caracas: FACES/ Universidad Central de Venezuela, 2004. p. 95-110.
- DAMIANI, Amélia. As contradições do espaço: da lógica (formal) à (lógica) dialética, a propósito do espaço. In: DAMIANI, Amélia Luísa; CARLOS, Ana Fani Alessandri; SEABRA, Odete Carvalho de Lima (Org.). *O espaço no fim de século: a nova raridade*. São Paulo: Contexto, 2001a. p. 48-61.
- DAMIANI, Amélia. A geografia e a construção da cidadania. In: CARLOS, Ana Fani (Org.). *A geografia na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2001b. p. 50-61.
- DIAS, Sônia Maria. *Construindo a cidadania: avanços e limites do projeto de coleta seletiva em parceria com a ASMARE*. 2002. 193 p. Dissertação (Mestrado em Geografia e Organização Humana do Espaço) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 2002.
- HIGGINS, Silvio Salej. Precisamos de capital social?: sim, mas socializando o capital. *Em Tese*, Florianópolis, v. 2, n. 1(3), p. 1-21, jan./jul. 2005.
- LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.
- LEFEBVRE, Henri. *Espaço e política*. Tradução de Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. [S.l.: s.n.], 2003. Inédito. Título original: *Espace et politique* (Paris: Anthropos, [1972]).
- MARTINS, José de Souza. *A exclusão social e a nova desigualdade*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- MARTINS, José de Souza. *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- MARX, Karl. Salário, preço e lucro. In: GIANNOTTI, José Arthur (Org.). *Marx*. São Paulo: Nova Cultural, 1998. (Coleção Os Pensadores).
- OLIVEIRA, Francisco. Da dádiva aos direitos: a dialética da cidadania. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, ano 9, n. 25, p. 42-44, jun. 1994.
- OLIVEIRA, Maria Vany de. *Entre ruas, lembranças e palavras: a trajetória dos catadores de papel em Belo Horizonte*. 2001. 330 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia: Gestão das cidades) – Programa de Pós-graduação em Sociologia, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.
- RANCIÈRE, Jacques. O dissenso. In: BIGNOTTO, Newton; NOVAES, Adauto (Org.). *A crise da razão*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996. p. 367-382.
- TELLES, Vera S. Espaço público e espaço privado na constituição do social: notas sobre o pensamento de Hannah Arendt. *Tempo Social*, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 23-48, 1. sem. 1990.